

ARTIGOS

Submetido 10-09-2021. Aprovado 13-04-2022

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editor Associado: Amon Barros

Versão original | DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020230101>

ANÁLISE PRAGMATISTA DE ORGANIZAÇÕES

Pragmatist analysis of organizations

Análisis pragmatista de las organizaciones

Maurício Serva¹ | mauserva@gmail.com | ORCID: 0000-0003-2416-3405

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências da Administração, Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO

O artigo apresenta uma modalidade de análise organizacional de cunho crítico, que vem sendo construída no Brasil desde 2010 e é fundamentada nos pragmatismos filosófico e sociológico. Após esclarecer seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e ético-políticos, são apresentados posicionamentos teóricos sobre organizações, gestão, emprego de modelos e integração dos níveis de análise. Também são apresentados exemplos de sua aplicação, detalhando estudos realizados. Como resultado do trabalho, contribui-se para os Estudos Organizacionais com uma via analítica que privilegia a ação, adota o conceito de ação coletiva, integra níveis de análise e oferece uma abordagem crítica centrada na realidade brasileira, em favor da transformação social, democracia e justiça social.

Palavras-chave: análise pragmatista de organizações, pragmatismo, Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

The article presents a modality of organizational analysis of a critical nature, which has been built in Brazil since 2010 and is based on philosophical and sociological pragmatism. After clarifying its ontological, epistemological, and ethical-political foundations, theoretical positions on organizations, management, use of models, and integration of levels of analysis are presented. Examples of its application are also presented, detailing studies carried out. As a result of the work, it contributes to organizational studies with an analytical approach that privileges action, adopts the concept of collective action, integrates levels of analysis, and offers a critical approach centered on the Brazilian reality, in favor of social transformation, democracy, and social justice.

Keywords: *pragmatist analysis of organizations, pragmatism, organization studies.*

RESUMEN

El artículo presenta una modalidad de análisis organizacional de carácter crítico, que se construye en Brasil desde 2010 y se basa en el pragmatismo filosófico y sociológico. Luego de esclarecer sus fundamentos ontológicos, epistemológicos y ético-políticos, se presentan posiciones teóricas sobre las organizaciones, la gestión, el uso de modelos y la integración de niveles de análisis. También se presentan ejemplos de su aplicación, detallando los estudios realizados. Como resultado, este trabajo, contribuye a los estudios organizacionales con un enfoque analítico que privilegia la acción, adopta el concepto de acción colectiva, integra niveles de análisis y ofrece un abordaje crítico centrado en la realidad brasileña, a favor de la transformación social, la democracia y justicia social.

Palabras clave: *análisis pragmatista de las organizaciones, pragmatismo, estudios organizacionales.*

INTRODUÇÃO

Em 2015, Taupin publicou na *RAE* o artigo "*L'apport de la sociologie pragmatique française aux études critiques en management*", declarando que, embora essa sociologia apresentasse utilização crescente nos Estudos Organizacionais (EOs), “a dimensão crítica dessa abordagem ainda não foi integrada para o proveito do conhecimento em administração e organizações” (Taupin, 2015, p. 162). Demonstrando que a referida abordagem tem potencial para contribuir com os estudos críticos em Administração, o autor baseia-se no livro *De la justification: Économies de la Grandeur* (Boltanski & Thévenot, 1991) em correspondência com os *Critical Management Studies*.

Embora reconheça a qualidade do referido artigo, proponho-me a ir mais além, partindo de duas constatações: i) a proporção alcançada nos últimos 40 anos pelos estudos elaborados nas Ciências Sociais críticas com inspiração no pragmatismo filosófico; ii) as possibilidades de emprego do pragmatismo nos EOs de cunho crítico.

Os precursores do pragmatismo na Administração foram dois autores de elevado reconhecimento: Mary Parker Follett e Donald Schön. Apesar de suas obras terem larga difusão, seus fundamentos pragmatistas restam indiscutidos. Entre 1920 e 1933, Follett dedicou-se à Administração, aplicando sua obra mais pragmatista — *Creative experience* (Follett, 1924) — aos temas do poder, conflito, liderança, participação. Schön, muito conhecido pela aprendizagem organizacional, deu os primeiros passos da correspondência entre o pragmatismo e a racionalidade nas organizações. Sua tese de doutorado, *Rationality in the practical decision-process*, defendida em 1954 em Harvard, foi inspirada na obra de John Dewey, o mais proeminente filósofo pragmatista. No livro *The reflective practitioner*, Schön (1984) analisa a Administração e mais quatro profissões, discutindo, com base no pragmatismo, os conceitos de racionalidade e “reflexão-em-ação”.

Nos anos 2000, observa-se um movimento crescente de estudos na Administração fundamentados no pragmatismo, notadamente em Administração Pública e EOs. Diversos artigos vêm sendo publicados em *journals* como *Organization Studies*, *Organization Science*, *Administration & Society*, *Public Administration Review*, entre outros, além de livros. Simpson & Hond (2021) relatam que, ao realizarem recentemente uma busca com o termo “pragmatism*”, encontraram 172 artigos nos 10 principais *journals* em organizações. Ao examinarmos esse movimento, dois importantes aspectos emergem: em primeiro lugar, constata-se que, em sua quase totalidade, esses estudos partem do pragmatismo filosófico e aplicam seus fundamentos diretamente em Administração, ignorando toda a rica trajetória construída desde 1980 nas Ciências Sociais pragmatistas; em segundo lugar, percebe-se que o potencial da dimensão crítica do pragmatismo ainda não foi devidamente integrado como contribuição aos EOs. Nesse sentido, expresso minha plena concordância com Taupin (2015).

Por conseguinte, objetivo neste artigo apresentar uma via de análise organizacional de cunho crítico que vem sendo construída desde 2010 por um grupo de pesquisadores brasileiros. Demonstro seus fundamentos ontológicos, epistemológicos, teóricos, e sua aplicação efetiva exemplificada por informações sobre alguns dos estudos realizados. A intenção em ir mais

além que Taupin consiste na ampliação do investimento da dimensão crítica para a análise organizacional: enquanto Taupin tomou como base a abordagem de Boltanski e Thévenot conhecida como sociologia pragmática francesa, eu parto do pragmatismo filosófico e, para o desenvolvimento da proposta, empreendo um “diálogo” com diversas correntes das Ciências Sociais críticas advindas do pragmatismo desde 1980.

Com essa proposição, pretendo contribuir para o avanço do conhecimento nos EOs, ofertando uma via de análise desenvolvida por pesquisadores brasileiros que: i) privilegia a ação efetiva dos atores estudados; ii) põe em foco a concepção de ação coletiva ao adotar posicionamentos específicos sobre as organizações e a gestão; iii) busca integrar na análise os níveis micro/meso/macro; iv) e, em consonância com a tradição pragmatista filosófica e sociológica, empreende uma abordagem crítica na construção de conhecimentos centrada na realidade brasileira, contribuindo para a transformação social em favor da democracia e da justiça social. Em um país marcado historicamente por desigualdades sociais profundas e pela irresponsabilidade ambiental que presentemente engendram uma conjuntura socioambiental trágica, a presente proposta analítica de organizações pode contribuir para uma ciência da Administração que nos auxilie a enfrentar os grandes desafios de nosso tempo.

Visando proporcionar uma melhor compreensão sobre a origem, a natureza, o desenvolvimento e o sentido desta proposta, entendo que a contextualização histórica do empreendimento pragmatista geral é necessária. Assim, antes de apresentar a proposta em si, abordarei sinteticamente alguns temas como o pragmatismo filosófico, o movimento de retomada das teorias de ação pós-1968 nas Ciências Sociais e a expansão do pragmatismo nessas ciências. Ao fazê-lo, tentarei situar a obra de Boltanski e Thévenot — utilizada por Taupin (2015) — no conjunto desse movimento.

NOTAS SOBRE O PRAGMATISMO FILOSÓFICO

O pragmatismo foi fundado nos anos 1870, em Cambridge, por um grupo de intelectuais sob a liderança de Charles Peirce para discutir Filosofia. O grupo ficou conhecido como *Metaphysical Club*, e dele participavam William James, Oliver Holmes, Nicholas Green, Joseph Warner, John Fiske, Francis Abbot, Chauncey Wright, entre outros. Peirce elaborou uma obra muito diversificada, apoiada por sua formação eclética: doutor em Química em Harvard, filósofo, matemático, físico e astrônomo, lecionou Filosofia em Harvard e na Johns Hopkins University; fundou o pragmatismo, a lógica abdutiva e a semiótica. Sua contribuição mais expressiva ao pragmatismo deu-se no campo da lógica, cujo ensaio "*How to make our ideas clear*" (Peirce, 1878) é considerado o texto fundador. O autor buscava um método de encaminhamento da compreensão de questões científicas e filosóficas, um método de reconstrução dos significados de conceitos complexos, tendo duas dimensões essenciais. A primeira é a noção de investigação (*inquiry*), enquanto construção de conhecimento como um processo livre de apriorismos (valorizando a experiência, a ação); essa noção implica a busca permanente do conhecimento

via experimentação, e assim caracterizada pelo falibilismo. A segunda dimensão foi expressa por Peirce na seguinte máxima: a significação intelectual de nossas ideias reside nos efeitos sobre nossas ações.

Nos anos seguintes, coube a William James, médico, filósofo e professor titular em Harvard, a divulgação mais ampla do pragmatismo. Devido à repercussão internacional da sua obra, o pragmatismo angariou adeptos e constituiu-se como uma corrente específica da Filosofia. James atuou intensamente para o desenvolvimento da Psicologia nos EUA, sendo também professor nessa área. Sua dedicação à Psicologia influenciou na contribuição ao pragmatismo pela abordagem das formas da experiência de tipo existencial que têm ressonância nos efeitos práticos de nossas ações (James, 2018). Outra contribuição significativa reside na adoção do pluralismo como visão de mundo, atrelada ao empirismo como via de construção do conhecimento. Comentando sobre James, Dewey (2007) afirma que “o pluralismo abre espaço para a contingência, a liberdade, a novidade e fornece liberdade de ação completa para o método empírico que pode ser indefinidamente estendido” (p. 232).

Ao longo do século passado, entre os diversos autores que contribuíram para o adensamento dessa corrente, destacam-se George Mead e John Dewey; ambos lecionaram na Universidade de Chicago, onde constituíram as bases do movimento sociológico denominado Escola de Chicago.

Mead contribuiu decisivamente ao pragmatismo filosófico, à Sociologia e à Psicologia Social no âmbito da teoria da ação, ofertando uma alternativa aos modelos utilitaristas como o de Parsons. Seus textos organizados na coletânea *Self, mind and society* promovem uma inversão da relação entre o individual e o coletivo — em favor desse último —, e vão muito além: o autor ampliou as possibilidades da reflexividade, partindo de uma teoria das origens da comunicação e sociabilidade especificamente humanas. Ao fazê-lo, tornou-se uma figura de base estrategicamente central da Escola de Chicago.

Autor de uma extensa obra nas áreas da Filosofia, Pedagogia, Sociologia e Ciência Política, Dewey é o autor pragmatista mais conhecido. Sua contribuição ao conhecimento filosófico e científico é marcante, com reconhecimento mundial e sendo alvo de debates até o presente. As concepções ontológicas, epistemológicas e teóricas centrais do pragmatismo compõem parte de sua obra; por essa razão, seus desdobramentos nas Ciências Sociais — incluindo a Administração — são mais evidentes que os dos demais filósofos pragmatistas.

O conjunto das obras de Peirce, James, Mead e Dewey é denominado pragmatismo clássico. Na segunda metade do século XX, o pragmatismo ampliou-se mundialmente, por vezes denominado neopragmatismo e adotado por autores como Richard Rorty, Axel Honneth, Hans Joas, Hilary Putnam, Richard Bernstein, Robert Brandom.

Devido às limitações de espaço, a seguir, priorizarei os elementos ontológicos e epistemológicos provenientes dessa filosofia que alicerçam mais intensamente a análise pragmatista de organizações. Para tanto, seguirei o raciocínio de Tsoukas e Chia (2011): “Existem três maneiras pelas quais a reflexão filosófica pode encontrar seu caminho para a pesquisa organizacional: ontológica, epistemológica e praxeológica” (p. 7). Complementarei com as opções éticas e políticas do pragmatismo.

A ontologia do pragmatismo está alicerçada no naturalismo e em um tipo específico de realismo. O naturalismo concebe o ser humano e as demais entidades do mundo em relação inextricável com o ambiente. Atualmente, muitos pesquisadores criticam a cisão entre natureza e cultura/sociedade, todavia há muito por fazer para superar essa dualidade. O pragmatismo nos oferece uma pista, pois se fundamenta numa integração profunda: “Um organismo não vive em um meio; vive em virtude de um meio circundante. [...] Toda interação orgânica representa uma interação de energias intraorgânicas e extraorgânicas, seja direta ou indiretamente” (Dewey, 1950, p. 39). Nessa visão, Dewey e Bentley (1949) ressaltam a concepção ativa do ambiente, argumentando que a evolução natural do homem não pode ser atribuída a si próprio, e sim à simbiose organismo-ambiente.

Daí decorre uma ontologia realista ao admitir-se que o mundo exterior existe independentemente da “construção social”, tampouco de quaisquer *a priori* transcendentais impostos à consciência e à experiência. A especificidade do realismo pragmatista reside na dupla recusa do monismo e do dualismo, configurando um realismo pluralista: as coisas não são estados mentais e, ao mesmo tempo, são indefinidamente diversificadas em razão das situações e experiências, pois o mundo está em permanente processo de criação. Assim, “*pragmata* são as coisas em sua pluralidade” (James, 2018, p. 3209). Por conseguinte, o pragmatismo não é somente uma filosofia das práticas, sua amplitude supera em muito esse limite: “é isso os *pragmata*, coisas-relações, coisas em extensão, este é o fundamento do pragmatismo, não a prática, uma palavra que não obriga a questionar o compartilhamento entre a ação dos homens e as coisas que ela abrange” (Hennion, 2013, p. 13).

A conformidade à ontologia do pragmatismo conduz necessariamente à adoção de uma epistemologia oposta ao positivismo e, conseqüentemente, distinta do funcionalismo predominante na Administração. O processo produtor de conhecimento é concebido como um tipo de experiência específica, uma ação que entrelaça indelevelmente sujeito e objeto, eliminando esse dualismo. O saber não é anterior ao agir, ambos são entrelaçados. A investigação (*inquiry*) é um processo composto de ações metódicas nas quais a experiência apoiada na reflexão produz conhecimento. Na investigação social, sua natureza processual visa menos a explicação (o porquê) que a compreensão (como), enfatizando as relações e, principalmente, os efeitos das ações que perfazem a experiência.

Outro dualismo — teoria e prática — também é evitado: “na investigação social, os problemas genuínos estão estabelecidos por situações sociais reais que são, em si mesmas, conflitivas e confusas. [...] Qualquer problema de investigação científica que não surja de condições sociais reais (ou ‘práticas’) é fictício” (Dewey, 1950, pp. 546-547). Na eliminação desse dualismo, a epistemologia pragmatista é essencialmente experimental. Como vimos em Peirce, a investigação segue um direcionamento experimental pautado pelo falibilismo. Este exige a busca permanente de revisão do conhecimento em razão da assunção da incerteza e da indeterminação nas situações sociais em que é produzido. Nessa perspectiva, Martela (2015) recomenda uma *fallibilistic attitude* na condução da pesquisa em organizações: “todos os fatos e métodos usados na investigação devem ser tomados como provisórios e funcionais, nunca como

fixos e dados” (p. 556). Na elaboração científica, o raciocínio que preside o falibilismo é a lógica abdutiva, criada por Peirce. Comparativamente, enquanto a dedução parte de uma regra geral para a previsão de um determinado resultado, a indução funciona na direção oposta, extraindo uma regra geral de observações. Em contraste, a lógica abdutiva começa com consequências e depois constrói razões e novas hipóteses; ela praticamente não tem fim, pois traz novos *insights*, sugerindo possíveis interpretações para eventos (Simpson, 2018; Timmermans & Tavory, 2012).

Os conceitos de experiência e transação também são importantes na epistemologia pragmatista. Experiência é a mola mestra da dinâmica do mundo, porquanto cobre todas as transações entre o organismo e o ambiente (Hildebrand, 2003). Segundo Dewey (1974):

A experiência é tanto *da* quanto *na* natureza. Não é a experiência que é experienciada, e sim a natureza — pedras, plantas, animais, doenças, saúde, temperatura, eletricidade e assim por diante. Coisas interagindo de determinadas maneiras *são* a experiência; elas são aquilo que é experienciado. Ligadas de determinadas outras maneiras com outro objeto natural — o organismo humano —, elas são, ademais, *como* as coisas são experienciadas. (p. 163)

Quanto à transação, “enquanto ‘interação’ pressupõe um encontro entre duas entidades distintas e independentes, ‘transação’ implica um todo cujos componentes determinam e condicionam um ao outro, existem um através do outro, e cooperam no sentido literal da palavra: operam em conjunto” (Quéré, 2020, p. 226). A noção de transação consubstancia o naturalismo ontológico do pragmatismo, concebendo a participação na agência não somente das pessoas, mas também dos demais seres e objetos do ambiente.

Segundo Tsoukas e Chia (2011), “a praxeologia trata de como o conhecimento está relacionado com a ação e, mais especificamente, como a teoria se relaciona com a prática” (p. 12). À ação, concederei atenção privilegiada mais adiante, passando agora aos esclarecimentos sobre as opções éticas e políticas.

Desde sua origem, o pragmatismo adotou a perspectiva da ação transformadora em favor da democracia, justiça social e contra a opressão, refletindo-a intensamente por seus fundadores. Dewey e Mead foram não somente filósofos, mas também militantes pela “democracia radical” (Dewey, 1998) e ativistas pelos direitos das minorias durante a expansão do capitalismo industrial americano. Dewey foi o primeiro presidente da *American Association of University Professors*, participou ativamente da *National Association for the Advancement of Colored People*, da *Hull House* (entidade para defesa dos direitos das mulheres e dos imigrantes) e da *American Civil Liberties Union*. Jane Addams (1902), filósofa pragmatista, feminista, parceira de Dewey e Mead na *Hull House*, ganhou em 1931 o Prêmio Nobel da Paz.

Alinho-me a Denzin (2010) ao crer que a investigação científica será sempre uma questão moral e política. O pragmatismo trata as questões de ética, moralidade e política de maneira idêntica, tanto para a ciência como para os demais domínios da experiência humana, defendendo a liberdade de investigação. Esse posicionamento e suas implicações políticas são sintetizados por Morgan (2014):

Os indivíduos e as comunidades sociais são capazes de definir as questões que mais importam e persegui-los da maneira que é mais significativa para eles. Em particular, Dewey se opôs a qualquer uso da força ou dominação econômica que limitaria as possibilidades de crescimento de outros grupos. Isso leva a um ajuste natural entre pragmatismo e muitas versões de pesquisa transformadora ou emancipatória com ênfase compartilhada na abertura, justiça e libertação da opressão. (p. 1050)

No pragmatismo, a conexão direta entre ciência e democracia é analisada por diversos autores. Para [Watson \(2010\)](#), “o principal impulso ético do pragmatismo é equipar os membros da sociedade democrática em geral com conhecimento sobre as realidades de suas situações e perspectivas” (p. 925). Para [Martela \(2015\)](#), moralmente os pesquisadores devem ser explícitos sobre os seus interesses, e sobre os potenciais benefícios e beneficiários da pesquisa.

Em conformidade com [Denzin \(2010\)](#) e [Martela \(2015\)](#), informarei mais adiante as opções políticas que guiam a análise pragmatista de organizações.

DA SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA ÀS SOCIOLOGIAS DE INSPIRAÇÃO PRAGMATISTA

Nos EUA, a adoção inicial do pragmatismo nas Ciências Sociais foi mais concentrada na ciência política, no debate sobre a democracia a partir de Dewey. Na Europa, a adoção foi mais tardia e desconcentrada, decorrendo das mudanças pós-1968 caracterizadas pela retomada das teorias de ação, dado o enfraquecimento das chamadas “grandes narrativas” (funcionalismo, marxismo, liberalismo, estruturalismo). O movimento impulsiona novas bases para a crítica social, sendo uma de suas consequências a expansão do pragmatismo sociológico.

Nesse movimento, nos anos 1980, Luc Boltanski, um dos maiores parceiros de Pierre Bourdieu, rompe a parceria e funda, com Laurent Thévenot e Michael Pollak, o *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Em 1991, Boltanski e Thévenot publicam o livro *De la justification: Économies de la grandeur*, obtendo grande repercussão. A proposta de Boltanski e Thévenot reforçou um intenso programa de renovação da crítica social desenvolvido pelo GSPM e outros pesquisadores. Tal programa acabou sendo conhecido como “sociologia pragmática” e auferiu difusão internacional. Apesar de apresentar semelhanças com o pragmatismo, seus autores confirmaram posteriormente que essa filosofia não embasou aquela obra ([Boltanski, 2006](#); [Thévenot, 2011](#)).

Ainda nos anos 1980, o intercâmbio Europa-América intensifica-se e influencia a evolução de diversas abordagens críticas. Destacam-se as interações entre pesquisadores da Universidade de Chicago e da EHESS que renovaram o interesse pela filosofia pragmatista, proporcionando o enriquecimento epistemológico das pesquisas, além da tradução francesa das respectivas obras. Entre os protagonistas dessas iniciativas, citamos Issac Joseph, Louis Quéré e Joëlle Zask.

Ressalta-se também a ação do Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI), onde Bruno Latour e Michel Callon elaboraram a sociologia da tradução ou teoria do ator-rede: “É pelo exame do trabalho material de produção da realidade e do conhecimento que a sociologia da tradução tem permitido renovar o debate, **por meio da adoção de um ponto de vista resolutamente pragmatista**” (CSI, 2021, grifo nosso).

O movimento produz a intensificação de publicações. Em 2009, é criada a revista *European Journal of Pragmatism and American Philosophy* (EJPAP), que visa “publicar artigos que exploram a tradição americana em filosofia, com foco especial no pragmatismo e nas relações do pragmatismo com as ciências sociais” (EJPAP, 2021). Em 2014, é criada em Paris a Pragmata – Association d'Études Pragmatistes, lançando sua revista *Pragmata* em 2018. A revista *SociologieS*, da Association Internationale des Sociologues de Langue Française, publicou três edições especiais pragmatistas entre 2015 e 2020. A revista *Tracés* publicou uma edição especial intitulada *Pragmatismes* (2008). A revista *Activités* publicou o dossiê *Pragmatisme et activités: Des interactions aux transactions* (2013). A revista *Cahiers de recherche sociologique* publicou a edição especial *Peirce et les sciences sociales* (2013).

Consequentemente, várias correntes emergiram baseadas no pragmatismo filosófico e caracterizadas por uma temática crítica diversificada. Os autores não seguem um direcionamento rígido, suas fontes e temas são múltiplos, constituindo uma evidente heterogeneidade. Contudo, essas correntes apresentam elementos transversais que confirmam sua inspiração pragmatista: i) fundamentos ontológicos e epistemológicos no pragmatismo filosófico; ii) prioridade de análise das situações, da ação e seus efeitos; iii) primado da experiência de todos os atores (pesquisadores e pesquisados em mesmo plano de importância); iv) objetos e demais não humanos inseridos na análise da ação; v) pesquisa como experimentação (teoria como processo dinâmico, resultando da investigação, e não inteiramente precedente a esta); vi) recusa de quaisquer elementos *a priori* na análise; vii) continuidade da perspectiva crítica nas Ciências Sociais (Hennion, 2013; Hennion & Monnin, 2020; Kreplak & Lavergne, 2008; Lavergne & Mondémé, 2008).

Parafraseando Chateauraynaud (2022), emprego uma expressão plural que denota a heterogeneidade dessas vertentes: sociologias de inspiração pragmatista. Em um breve levantamento, pode-se citar alguns exemplos dessas “sociologias”: a abordagem das arenas e problemas públicos (Cefai, 2017); a sociologia das transformações (Chateauraynaud & Debaz, 2017); a abordagem da ação situada (Quérel, 1997); a abordagem processual dos dispositivos (Dodier & Barbot, 2016); a história das práticas (Cohen, 2016); a *practical action perspective* (Ogien, 2018); a análise das atividades no trabalho (Bidet, Boutet, & Chave, 2013); a etnopragmática dos problemas urbanos (Berger, 2008); a pragmática das afeições (Hennion, 2013). O Quadro 1 indica as contribuições que julgo como principais dessas correntes ao avanço das Ciências Sociais. Advirto que, entre as sociologias pragmatistas, nesse quadro constam apenas as que mais correspondem à análise pragmatista de organizações, ademais, as contribuições indicadas não esgotam as efetivamente dadas pelos autores. Todavia, creio que o quadro apresenta uma noção razoável sobre essas correntes.

Quadro 1. Principais contribuições das sociologias de inspiração pragmatista para o avanço das Ciências Sociais

Abordagens	Contribuições às Ciências Sociais
Sociologia das transformações (Chateauraynaud, Debaz)	Análise crítica da problemática socioambiental. Integração dos níveis de análise. Sociologia argumentativa dos alertas e controvérsias.
Sociologia dos problemas públicos (Cefaï, Quéré)	Atualização da abordagem dos problemas públicos de Dewey. Praxeologia da opinião pública. Análise política das arenas públicas contemporâneas. Etnografia na investigação pragmatista.
Ação situada (Quéré)	Versão pragmatista da ação situada. Problemática das transações. Integração dos níveis de análise. Análise política das emoções públicas.
Abordagem processual dos dispositivos (Dodier, Barbot)	Análise da ação coletiva via abordagem dos dispositivos.
Análise histórica das práticas (Cohen)	Análise histórica e pragmatista das práticas de administração e comando. Integração dos níveis de análise.
<i>Practical action perspective</i> (Ogien)	Normatividade social. Legado do pragmatismo à sociologia. <i>Inquiry</i> como prática. Teoria pragmatista da ação.
Análise das atividades no trabalho (Bidet, Boutet, Chave)	Estudo das transações na esfera do trabalho contemporâneo. Etnografia da cidadania no espaço público urbano. Estudo dos valores na ação.
Etnopragmática dos problemas urbanos (Berger)	Análise crítica das vulnerabilidades sociais. Políticas públicas urbanas. Etnografia na investigação pragmatista.
Pragmática das afeições (Hennion)	Sociologia da cultura. Análise pragmatista das afeições e das relações de proximidade. Análise crítica das vulnerabilidades sociais.

EMPREENDENDO A ANÁLISE

Inicialmente, retomo a questão da praxeologia em Tsoukas e Chia (2011). A análise da ação sempre estabeleceu desafios à Administração, pois nas Ciências Sociais, além da questão crucial dos efeitos imprevistos das ações intencionais (Higgins, 2011; Merton, 1936), a ação é caracterizada pela autonomização da sua significação, pela efemeridade e pela volatilidade. Na Administração, o funcionalismo recorreu às abordagens teleológicas, normativas e prescritivas, tanto para superar esses desafios como para atender ao afã de estabelecer soluções técnicas imediatas aos problemas enfrentados pelos gestores; tais abordagens têm apresentado desgastes.

Uma vez realizada, uma ação destaca-se de seu autor, adentra o meio social, desenvolvendo suas próprias consequências e significações na medida em que outros atores construirão suas próprias interpretações; a essa autonomia Paul Ricœur (1986) denominava “dimensão social da ação”. A sua efemeridade tem sido potencializada pela aceleração dos acontecimentos

promovida pela tecnologia, sobretudo pelas TICs. A volatilidade amplia-se em razão da atual crise multifacetada da sociedade industrial. Dodier (2005) enfatiza o caráter “pluralista irreduzível” da sociedade atual:

Numa sociedade deste tipo, as condutas não podem ser reguladas pela partilha de um mesmo conjunto de valores e de papéis institucionalizados [...] A regulação passa necessariamente pelas interações entre indivíduos que defendem referências normativas distintas, ou que não têm eles próprios a certeza quanto à natureza dos valores e das normas ajustadas a cada situação [...] Aquilo com que cada um é confrontado, nesta perspectiva, não é somente com outros atores portadores de expectativas normativas diferentes. É igualmente o fato de ter de colocar em relação, na sua própria ação, diferentes referências normativas. Os atores desenvolvem um modelo de ator capaz de passar de uma referência normativa para outra. (pp. 241-242)

Nesse contexto histórico, como analisar a ação? Para Dodier (2005), “a estratégia reducionista não convém como método de trabalho. Não crendo no poder total de um equivalente geral [‘força’, ‘poder’, ‘capital’], o sociólogo deve permanecer aberto à identificação progressiva dos recursos pertinentes em cada situação” (p. 241). Para a análise da ação, seguimos a perspectiva adotada pelas sociologias de inspiração pragmatista: a abordagem da ação situada. Seu primeiro tratamento foi empreendido por Wright Mills (1940); adepto do pragmatismo, Mills delineou uma via de compreensão baseada em uma teoria sociológica da linguagem e na teoria do comportamento social de Mead. Em seguida, a ação situada desdobrou-se em diversas vertentes (pragmatistas ou não), constituindo um vetor de renovação das Ciências Sociais, notadamente após 1980.

Reproduzo a definição esclarecedora da abordagem pragmatista da ação situada, elaborada por Quéré (2009):

Uma sociologia da ação digna desse nome deve partir do fenômeno do agir em situação, que é um fenômeno processual e serial, e implica uma dimensão de intervenção concreta sobre um estado de coisas para transformá-lo. Ela deve estar atenta aos agenciamentos que mediatizam a atividade prática, às formas de exploração e de reflexão que ela coloca em prática, à estrutura das situações e aos modos de coordenação com os outros e com as coisas. Ela substitui a dualidade ator/sistema pela unidade agente/ambiente. Os elementos constitutivos de tal ambiente não são objetos de conhecimento, mas coisas a transformar ou a utilizar, ou coisas com as quais se agenciar. (pp. 309-310)

Voltarei à análise da ação ao expor os quatro posicionamentos que guiam a análise pragmatista. Tais posicionamentos oferecem os contornos gerais desse empreendimento analítico: a concepção da organização; a concepção da gestão; a não utilização de modelos prévios; a integração dos níveis de análise. Posteriormente, abordarei alguns aspectos de estudos realizados, informando passos úteis para a análise da ação.

O primeiro posicionamento implica conceber a organização como ação coletiva. Esse ponto de vista conceptual foi proposto por Friedberg (1992), cujo objetivo é “ultrapassar a falsa dicotomia entre organização e ação coletiva, entre organização e ação organizada” (p. 531). O autor oferece um quadro de análise, enfatizando a regulação e argumentando que, nas Ciências Sociais, a ruptura analítica entre as organizações mais formalizadas e aquelas que compõem a “ação coletiva” ou os “movimentos sociais” é fundada em um duplo erro: superestima o caráter estruturante da formalização das organizações mais burocratizadas e subestima o caráter organizado dos campos de ação mais fluidos. Mais recentemente, autores da epistemologia da Administração (Hatchuel, 2005; Martinet & Pesqueux, 2013) retomam e aprofundam a proposta, elegendo a ação coletiva como central nessa epistemologia.

Conceber as organizações como ação coletiva incentiva o diálogo com as abordagens da sociologia da ação coletiva (Alexandre, 2018; Bréchet, 2019; Damien & Tosel, 1998). Sinalizando as possibilidades de diálogo, Bréchet (2019) afirma que “a ação coletiva se apoia em dispositivos organizacionais, isto é, em agenciamentos de homens e instrumentos, sem os quais ela não pode se constituir [...] parece mesmo legítimo considerar que toda ação coletiva é organizada em um grau ou outro” (p. 19). Enquanto essas abordagens analisam seus objetos específicos, a análise pragmatista de organizações concentra-se na ação coletiva caracterizada por duas dimensões: a regularidade (duração e relativa institucionalidade) e, principalmente, a intensidade da regulação que os atores põem em prática em suas transações. A ideia não é se sobrepor aos estudos dos movimentos sociais.

A noção de regulação ressalta a dimensão política para o desenvolvimento da ação coletiva, remetendo ao tema da normatividade social. Na filosofia pragmatista atual, tal tema é referenciado ao “conjunto de atividades pelas quais os homens intervêm na coordenação da vida associada, negociando os ajustes que os conflitos tornam necessários [...] as práticas normativas denotam atos pelos quais os agentes formulam, defendem, criticam e transformam suas formas de engajamento” (Frega, 2013, p. 7). Na sociologia de inspiração pragmatista, Ogien (2010) esclarece que “a noção de norma social se refere menos a um sistema de prescrições formais do que a um conjunto de instruções gerais servindo-lhes para regular sua conduta em se ajustando às circunstâncias emergentes no desdobramento das interações” (p. 679). Ressaltando a regulação, a análise pragmatista de organizações focaliza os processos políticos de duas ordens: o modo de enfrentamento de conflitos e seus efeitos (internos e externos à organização); a definição, mudança e prática dos engajamentos individuais e coletivos na ação.

O segundo posicionamento refere-se à concepção da gestão. Organizações e gestão são concebidas como dimensões contíguas da ação coletiva. Ao se considerar a ação como cerne da análise, as organizações e a gestão têm como pano de fundo o mesmo fenômeno: a ação coletiva. Na medida em que a regularidade e, sobretudo, os esforços de regulação se tornam progressivamente proeminentes numa dada ação coletiva, envolvendo mais energias e tempo dos atores, as ações de gestão podem adquirir importância crescente para os próprios atores e certos pesquisadores. Tal perspectiva não significa crer que, na ação coletiva em que a regularidade e a regulação não sejam intensas, não haja organização e gestão.

Esse posicionamento abre o diálogo/complementaridade com desdobramentos contemporâneos dos EOs, sempre visando o desenvolvimento desse campo. Por exemplo, recentemente observa-se o interesse por temas como “irracionalidade”, desorganização/desordem, confusão, paradoxos, ambiguidade, tensão. Pesquisadores demonstram que tais aspectos são constitutivos de todas as organizações e são ampliados pela turbulência contemporânea (também considerada pela análise pragmatista), ainda que a dimensão formal seja mantida nas organizações. Para Denegri-Knot e Parsons (2014), “a desordem como ordem suspensa é um subproduto da ordem — um estado contingente à flutuação de uma gama heterogênea de forças” (p. 93). Trethewey e Ashcraft (2004) propõem que “ironia, paradoxo e contradição são características rotineiras da vida organizacional que atestam a irracionalidade fundamental da organização” (p. 83). Os autores chamam a atenção para aspectos mal abordados tanto nas organizações formais como pelas teorias tradicionais. Se irracionalidade e desordem são inerentes às organizações, para a sua compreensão poderíamos contar com a complementaridade entre esses estudos e a análise pragmatista, levantando algumas questões de fundo político: Como a regulação praticada na organização lida com a “irracionalidade” e desordem? Quais efeitos ela produz nos conflitos e no engajamento dos atores?

Na perspectiva pragmatista aqui discutida, a gestão é vista como uma ação situada (tempo e espaço), composta de um conjunto de práticas sociais de regulação e estabilização provisórias de transações, engendrando: o agenciamento para a coordenação de humanos e não humanos; as deliberações; as negociações; e a implementação de procedimentos operacionais para o desenvolvimento da ação coletiva.

A indeterminação das situações, agravada com o aprofundamento da crise multifacetada da sociedade atual, torna a estabilização das transações, notadamente entre humanos, uma condição *sine qua non* para a ação coletiva durável; porém a estabilização é sempre provisória, exigindo da gestão esforços constantes de regulação. O agenciamento, conceito criado por Deleuze e Guattari (1980) e intensificado nas Ciências Sociais por Callon (2013), é adotado nas sociologias pragmatistas. Enquanto promoção objetiva da ação, implica a conjunção e a coordenação das transações entre humanos, não humanos e o ambiente. Assim, tanto as organizações como a gestão encontram-se em construção mútua, permanentemente *en train de se faire*: a organização performa a gestão que performa a organização, incessantemente, em uma lógica recursiva.

O terceiro posicionamento engendra um desafio ao pesquisador, pois conduz à eliminação de modelos teóricos prévios para a análise dos fenômenos organizacionais. Exige renunciar ao emprego (tão frequente na Administração) de arranjos apriorísticos de elementos (causas, categorias etc.) idealizados como determinantes do que se pretende compreender cientificamente (Ogien, 2015). A análise pragmatista busca captar o que emerge da ação em estudo, incluindo a própria investigação do pesquisador. O cientista aprofunda-se previamente na literatura do seu tema de estudos, sendo necessário conhecer a literatura nesse tema e “dialogar” com ela. Ao longo da investigação, refletindo sobre os dados, o pesquisador identifica as teorias e conceitos úteis para a análise. Durante o processo ou ao seu final, é plausível que o pesquisador explicita

sua trajetória analítica via arranjos imagéticos, diagramas, recursos visuais, os quais objetivam viabilizar a inteligibilidade da sua construção científica. Todavia, essa será sempre a expressão de um processo experimentalista, isento de quaisquer fatores *a priori*, portanto jamais da adoção de um modelo prévio de análise. À plena assunção da incerteza do mundo, corresponde a abertura ao que emerge da investigação experimentalista.

A quarta posição, igualmente desafiadora, é a integração dos níveis de análise. Admitimos as dificuldades para a superação desse desafio advindas, entre outros fatores, da própria formação dos cientistas. Contudo, algumas pistas para enfrentar o desafio foram oferecidas por Dewey (1950), Mead (1934) e assumidas pelas sociologias pragmatistas. Tradicionalmente, a Administração tem situado a análise exclusivamente no nível macrossocial, fruto das influências da economia e de modelos prévios deterministas, ou no nível *meso* — composto pelas organizações —, ou ainda nos binarismos macro-*meso* e micro-*meso*. A integração macro-*meso*-micro é rara. Essa integração constitui uma meta de longo prazo na análise pragmatista de organizações, reconhecendo o longo caminho para alcançá-la plenamente. Isso não significa que todos os pragmatistas adotem obrigatoriamente essa opção; tampouco que aqueles que a adotam atribuam idêntico peso aos três níveis no processo analítico. A perspectiva adotada é de investir no entrelaçamento de dimensões importantes para a compreensão das transações (Bidet et al., 2013; Quéré, 2020) nos três níveis, embora enfatizando determinado(s) nível(is) de acordo com os objetivos específicos da investigação.

Explicitados os quatro posicionamentos, reportarei alguns exemplos de análise pragmatista de organizações, visando informar sobre procedimentos de análise da ação.

Domingos (2020) examinou o espaço científico da Administração no Brasil, enfocando a constituição das vertentes críticas desde 1980. O autor analisou a ação dos pesquisadores, indo do nível interativo individual ao nível *meso* (redes, escolas, associações científicas), e chegando ao nível macrossocial, identificando a incidência dessas escalas na configuração geral desse espaço. Tal fenômeno ocorre em alguns poucos países, nos quais as abordagens críticas obtiveram um espaço próprio nas escolas de Administração.

Caitano e Serva (2020) analisaram a ação coletiva dos agentes penitenciários no presídio de segurança máxima de Santa Catarina durante seguidas crises de segurança no Estado lideradas pelo crime organizado desde o interior daquele presídio. O estudo empreendeu as análises: i) microssociológica detalhada dos agentes no trabalho cotidiano prisional; ii) das mudanças nas práticas de gestão do presídio; iii) da transformação da política de segurança pública no Estado. Os autores demonstram como a experiência dos agentes na contenção do crime organizado em contexto de crise incidiu nos níveis macro e *meso*: os gestores de presídios passaram a ser os agentes penitenciários de carreira; as novas práticas de gestão permaneceram; a antiga escola penal foi substituída por uma academia que oferece capacitação gerada pela própria experiência prática dos agentes.

Melo (2021) examinou as trajetórias da ação pública na reparação do crime-desastre da Samarco que atingiu o Rio Doce em 2015, optando pela investigação pragmatista dos instrumentos e da governança fixados judicialmente para a reparação dos atingidos. O autor analisou não

somente as ações do Estado e da Samarco, mas também dos atingidos, demonstrando como a mobilização desses últimos passa pelas associações comunitárias, movimentos sociais, ICMbio, Ministério e Defensoria Pública e incide nas esferas deliberativas para reconfigurar a reparação.

Mahnic (2021) realizou um estudo sobre a configuração da atuação profissional dos docentes em Administração no Brasil nas escolas privadas. Desde 1990, políticas públicas intensificaram a prioridade ao setor privado para a expansão do ensino superior. Então, muitas escolas privadas foram criadas, tornando-se o maior segmento do mercado de trabalho para docentes de Administração. A autora examinou como esse segmento se configurou, focalizando o trabalho dos docentes, suas estratégias de ação, a gestão e o funcionamento das escolas. Para Mahnic (2021):

Apesar dos atores governamentais (re)delinearem a configuração do campo, criando oportunidades para a ação, é no nível *mesossocial* que as decisões são tomadas, o campo funciona pela ação dos atores privados — proprietários e gestores das instituições. Portanto, o nível *mesossocial* incide no nível macrosocial ao concretizar as políticas públicas (como a lei se pratica, o que ela gerou) de determinada forma, quando os atores privados estabelecem como o setor irá atuar [...] mas os docentes também incidem no nível *mesossocial*, uma vez que se movem, não agem da mesma forma e possuem uma “margem de manobra”. Os docentes têm objetivos específicos, estratégias, lógicas de ação e utilizam essa estrutura para benefício próprio (efeitos). (p. 181)

A aprendizagem gerada por esses e outros estudos contribui para o alcance gradual da meta acima referida. Em primeiro lugar, a integração dos níveis é pautada na incidência, e não na determinação. Importa tornar clara a incidência dos aspectos de cada nível sobre os demais. Para tanto, concentrar a atenção sobre as ações e identificar como se desdobram, se ramificam em cada nível analítico fornece pistas importantes ao cientista. “Seguir os atores” (Latour, 2012), acompanhar e/ou retratar suas atividades cotidianas é fundamental: na pesquisa, a encarnação das práticas tem um caráter definidor (Cohen, 2016). Segui-los também em escalas temporais mais longas pode esclarecer como os atores passam de situações pontuais aos contextos e ambientes mais amplos (Chateauraynaud & Debaz, 2017). Nesse acompanhamento, as transações dos indivíduos com as organizações e as instituições que geram mudanças de níveis das ações (e seus efeitos!) são fontes importantes para a integração da análise.

Complementando a informação sobre procedimentos úteis de análise, relato mais um dos resultados da adoção plena da *inquiry* pragmatista pelos pesquisadores brasileiros que vêm construindo a análise pragmatista de organizações. Uma vez que os modelos prévios e todos os demais *a priori* são eliminados do processo, identificar no curso da pesquisa aquilo que permite, viabiliza e promove a ação e a reflexão dos atores é imprescindível para elaborar uma análise pragmatista. Porém, como fazê-lo? Eis a questão crucial para aqueles pesquisadores. Desde 2010, esses atores lançaram-se no esforço sistemático de experimentação/reflexão a cada estudo, criando então um recurso teórico-analítico fruto da própria prática de pesquisa. Esse recurso recebeu a denominação operadores analíticos da ação. São soluções que o pesquisador pragmatista pode

empregar para interpretar e discutir os fenômenos organizacionais que o interessam. Captar o que emerge da ação implica identificar e tratar dos aspectos mais relevantes do agenciamento das ações e seus efeitos. Importa, prioritariamente, analisar o que os atores efetivamente fazem, como atuam, os efeitos gerados e a recursividade desses efeitos em novas ações. Ouvi-los e acompanhá-los atentamente são os primeiros passos para identificar os operadores analíticos; enquanto únicos senhores de suas experiências, os atores sabem o que é efetivamente importante para agir e/ou corrigir ações, o que permite e/ou limita as tentativas de transformação das situações de que participam, quais caminhos são trilhados em desafios e provas nas situações que enfrentam. Concernente ao fenômeno pesquisado, os depoimentos e avaliações críticas dos atores (todos, não somente os gestores!) auxiliam sobremaneira a identificação dos operadores.

O tratamento dos operadores analíticos constitui a “sintonia fina” do processo, baliza o desenvolvimento da análise da ação situada: exige perspicácia, persistência e reflexão do cientista, e, sobretudo, o aprofundamento da transação com os atores, conduzindo à reflexividade compartilhada. Não se trata de desvelar sentidos e/ou elementos ocultos aos atores que seriam “descobertos” ou “revelados” pelo cientista *expert*. Trata-se da busca pela visibilização mais ampla da experiência, da construção conjunta de narrativas que reforcem a reflexão/debate sobre interpretações da realidade vivenciada pelos próprios atores e que pode contribuir para suas ações futuras. Além de auxiliar o cotejo com a teoria, os operadores analíticos referenciam a construção da narrativa, desembocando no texto como produto material do empreendimento analítico.

No estudo das abordagens críticas na Administração no Brasil, Domingos (2020) empregou como operadores analíticos da ação o engajamento dos pesquisadores: i) nas vertentes do sentido dado à crítica (crítica/negação *da* Administração; crítica *na* Administração); ii) em vertentes dessas críticas, numa perspectiva temporal por três gerações distintas. No estudo do presídio, Caitano e Serva (2020) identificaram nas práticas dos agentes prisionais os operadores: i) eventos contingenciais; ii) tempo da ação; iii) formas de deliberação. Na abordagem do crime-desastre do Rio Doce, Melo (2021) operou a análise das ações dos atingidos focalizando como: i) criam e desenvolvem projetos de resgate da cultura; ii) recorrem a táticas e protestos políticos diante dos constrangimentos impostos pelos dispositivos oficiais da reparação; iii) organizam-se em torno de coletivos, redes e projetos para reerguer atividades econômicas e reconfigurar perspectivas de futuro; iv) unem-se em torno do cuidado de si.

Matarazzo e Serva (2021) analisaram uma área de proteção ambiental (no Brasil, denominadas como Unidade de Conservação – UC) situada em Florianópolis. Atualmente, há 2.201 UCs no País. Acompanhando os membros da UC durante 550 horas de observação participante, os autores identificaram três operadores analíticos, os quais denominaram “modos de existência”: i) organização para educação ambiental; ii) organização para produção de *expertise*; iii) organização para proteção e fiscalização da natureza. Cada modo de existência se sustenta por pontos de apoios referenciais para a ação.

Stürmer (2020) analisou duas UCs em Santa Catarina enfocando a governança ambiental. Ao longo de 396 horas de observação e vivências em uma etnografia intensa para o acompanhamento do cotidiano das UCs, o autor empreendeu a análise das ações de governança mediante os

seguintes operadores: i) criação de instrumentos de governança e de gestão participativa; ii) estabelecimento de parcerias e arranjos institucionais; iii) fomento à cultura de preservação ambiental; iv) construção de ativos territoriais; v) ações de vistorias e fiscalizações; vi) gestão de conflitos e controvérsias.

Retomando o tema da governança ambiental, Matarazzo, Quintão e Serva (2021) examinaram uma UC e uma horta comunitária em Florianópolis, tomando como ponto de partida a questão de como são desenvolvidas as experiências dos sujeitos em arranjos organizacionais de governança ambiental. Ambas as pesquisas foram realizadas tendo como método principal a observação participante. Os autores destacam a importância de dar centralidade às ações dos sujeitos para compreender conceitos que abarcam um conjunto variado e extenso de conteúdos, como o da governança ambiental. Os operadores analíticos foram: i) as apreensões (ação-percepção) dos atores; ii) as ações nas situações críticas de prova vivenciadas pelos sujeitos; iii) as transações com os objetos nos processos organizacionais.

O Quadro 2 expressa uma síntese das principais contribuições das sociologias pragmatistas aos estudos da análise pragmatista de organizações acima apresentados e aos que se encontram em andamento. São frutos do “diálogo” com os autores pragmatistas brasileiros integrantes do Núcleo de Pesquisa em Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento (ORD), situado na Universidade Federal de Santa Catarina, e autores estrangeiros. Esclareço que o “diálogo” ao qual me refiro vai muito além do estudo das obras dos autores estrangeiros, pois, desde 2010, os pesquisadores vêm desenvolvendo uma cooperação intensa com interações face a face, realizando intercâmbios no circuito Brasil-Europa-Brasil, reuniões de trabalho e pesquisas de campo conjuntas. Vale lembrar que há outro núcleo de brasileiros desenvolvendo estudos pragmatistas em Administração com semelhante estratégia, o Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública, situado na ESAG/ UDESC, porém concentrado em Administração Pública, e não em EOs.

Quadro 2. Síntese das principais contribuições das sociologias de inspiração pragmatista à análise pragmatista de organizações

Sociologias de inspiração pragmatista	Contribuições à análise de organizações
Sociologia das transformações (Chateauraynaud, Debaz)	Abordagem da ação coletiva. Análise crítica da problemática socioambiental. Integração dos níveis de análise.
Sociologia dos problemas públicos (Cefaï, Quéré)	Abordagem da ação coletiva. Abordagem dos problemas públicos. Etnografia na investigação pragmatista. Integração dos níveis de análise.
Ação situada (Quéré)	Análise da ação. Problemática das transações. Integração dos níveis de análise.
Abordagem processual dos dispositivos (Dodier, Barbot)	Análise da ação coletiva. Análise crítica dos dispositivos aplicada às organizações.
Análise histórica das práticas (Cohen)	Dimensão histórica na análise organizacional. Integração dos níveis de análise.
<i>Practical action perspective</i> (Ogien)	Análise da normatividade reguladora nas organizações. Análise da ação.
Análise das atividades no trabalho (Bidet, Boutet, Chave)	Estudo das transações nas organizações.
Etnopragmática dos problemas urbanos (Berger)	Etnografia na investigação pragmatista. Análise crítica das vulnerabilidades sociais.
Pragmática das afeições (Hennion)	Análise dos não humanos na investigação. Análise crítica das vulnerabilidades sociais.

Antes de concluir, chamo a atenção para as implicações políticas da adoção dos pragmatismos filosófico e sociológico. Como afirmei acima, constatei que a quase totalidade dos trabalhos nos EOs baseados no pragmatismo e publicados em *journals* não concretizam a potencialidade crítica que constitui o pragmatismo desde a sua origem. Diferentemente daquela opção, a proposta aqui detalhada veicula claramente suas opções políticas. A análise pragmatista de organizações compõe o variado leque de abordagens críticas nos EOs. Ao dialogar com as sociologias de inspiração pragmatista, damos continuidade à tradição crítica, política e ética do pragmatismo filosófico. O que não significa dizer que esta é a única nem a melhor opção de fazê-lo, é apenas a nossa opção consciente, cabendo ao leitor julgar o mérito científico, a adequação epistemológica e a justeza política. Especificamente, trata-se de uma produção científica de brasileiros do Núcleo de Pesquisa ORD/UFSC, com intensidade empírica ao abordar problemas concretos de nosso país, em favor da transformação social. Esta diz respeito às mudanças (via aperfeiçoamento da democracia) na sociedade e nos seus modos de organização. Isso inclui transformações nas transações com a natureza, nas instituições sociais, nos comportamentos e nas relações sociais. No Brasil, temos um quadro histórico gravíssimo de problemas socioambientais e desigualdades sociais extremas, perfazendo uma conjuntura altamente perigosa para as atuais e próximas gerações. Já que as organizações constituem parte ativa nesse cenário, nós, enquanto pesquisadores, agimos claramente em favor da sua transformação. Assim, entre outros temas, a análise pragmatista de organizações aborda a ação coletiva socioambiental, problemas públicos territorializados, relações entre enclaves sociais (ver Ramos, 1981), ação coletiva pelos direitos civis e contra o sexismo e o racismo; paralelamente, também promove a reflexividade dos pesquisadores, impulsionando uma sociologia da ciência da Administração. Corroborando Watson (2010), nos alinhamos ao princípio ético do pragmatismo em auxiliar os atores sociais na reflexão sobre as realidades de suas situações e as perspectivas de mudanças.

CONCLUSÃO

Neste ponto, retorno à introdução. Em seu estudo, Taupin (2015) evidencia o potencial da sociologia pragmática de Boltanski e Thévenot para o avanço dos estudos críticos na Administração e oferece uma via de análise promissora.

Neste artigo, tento elastecer as possibilidades do pensamento pragmatista para o avanço dos EOs críticos na perspectiva da transformação social. Desde as suas origens, os pragmatismos filosófico e sociológico adotaram essa perspectiva. Nas páginas precedentes, enfatizei a inspiração nessas abordagens, refletindo a ontologia, a epistemologia e a praxeologia subjacentes à análise pragmatista de organizações construída no Brasil desde 2010.

Partindo de posicionamentos teóricos concernentes às organizações, à gestão, ao não emprego de modelos e à integração dos níveis de análise, vem avançando o empreendimento analítico pragmatista, e, pela experimentação e reflexividade constantes para enfrentar seus desafios, cria soluções resolutivas, como o recurso aos operadores analíticos da ação e os procedimentos de integração macro/meso/micro.

Assim, configura-se um enfoque analítico que oferece uma alternativa de estudo dos fenômenos organizacionais, tendo a ação como eixo central e visando a transformação social. Uma construção de brasileiros, abordando problemas concretos da sociedade brasileira. Nesse sentido, os estudos exemplificados acima e os demais em andamento tentam discutir a ação coletiva em favor dos atores para a transformação de uma sociedade cada vez mais dilacerada por crises incessantes e extremamente perigosas. Exorto os colegas a adotarem a opção pragmatista, aperfeiçoando conjuntamente nossos esforços. Afinal, a ação é a única atitude que pode mudar o mundo.

NOTA

Este artigo é fruto de uma pesquisa de Pós-Doutorado realizado na Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, de agosto/2020 a fevereiro/2022. Agradeço profundamente ao Prof. Rafael Alcadipani pela supervisão desta pesquisa na FGV EAESP. Agradecimentos extensivos aos pesquisadores do Núcleo ORD/UFSC, a Francis Chateauraynaud, Daniel Cefaï, Yves Cohen e Nicolas Dodier pelos estudos e contribuições ao tema deste artigo, bem como os avaliadores anônimos e editor associado RAE pelas recomendações para o aperfeiçoamento da versão final. Entretanto, o conteúdo do artigo engaja apenas a responsabilidade do autor.

REFERÊNCIAS

- Addams, J. (1902). *Democracy and social ethics*. New York, USA: Macmillan.
- Alexandre, A. (2018). *Sociologia da ação coletiva*. Florianópolis, SC: UFSC.
- Berger, M. (2008). Répondre en citoyen ordinaire: Pour une étude ethnopragmatique des engagements profanes. *Tracés. Revue de sciences humaines*, (15), 191-208. Recuperado de <https://journals.openedition.org/traces/773>
- Bidet, A. Boutet, M., & Chave, F. (2013). Au-delà de l'intelligibilité mutuelle: L'activité collective comme transaction. Un apport du pragmatisme illustré par trois cas. *Activités*, 10(1), 172-191. doi : 10.4000/activites.632
- Boltanski, L. (2006). Préface. In M. Nachi, *Introduction à la sociologie pragmatique*. Paris, France: Armand Colin.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (1991). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris, France: Gallimard.
- Bréchet, J.-P. (2019). *L'action collective, une perspective régulationniste*. Provence, France: Presses Universitaires de Provence.
- Caitano, D., & Serva, M. (2020). No limite da razão: O deliberar e a *phrónesis* no trabalho prisional. *Cadernos EBAPE.BR*, 18, 821-835. doi : 10.1590/1679-395120190051

- Callon, M. (2013). *Qu'est-ce qu'un agencement marchand?* In M. Callon (Ed.), *Sociologie des agencements marchands*. Paris, France: Presses de l'École des Mines.
- Cefai, D. (2017). *Públicos, problemas públicos, arenas públicas*. *Novos Estudos*, 36(1), 187-213. doi : 10.25091/S0101-3300201700010009
- Centre de Sociologie de l'Innovation. (2021). *Qui sommes-nous?* [Post da web]. Retrieved March 26, 2021, from <https://www.csi.minesparis.psl.eu/qui-sommes-nous/>
- Chateauraynaud, F. (2022). *Des expériences ordinaires aux processus critiques non-linéaires*. *Pragmata*, (5), 20-94. Recuperado de https://www.academia.edu/71468497/Des_exp%C3%A9riences_ordinaires_aux_processus_critiques_non_lin%C3%A9aires_Le_pragmatisme_sociologique_face_aux_ruptures_contemporaines
- Chateauraynaud, F., & Debaz, J. (2017). *Aux bords de l'irréversible*. Paris, France: Pétra.
- Cohen, Y. (2016). *La pratique des praticiens*. *Raisons Pratiques*, 25, 105-145. Recuperado de <https://editions.ehess.fr/ouvrages/ouvrage/histoires-pragmatiques/>
- Damien, R., & Tosel, A. (Eds.). (1998). *L'action collective: Coordination, conseil, planification*. Paris, France: Les Belles Lettres.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux*. Paris, France: Éditions de Minuit.
- Denegri-Knot, J., & Parsons, E. (2014). *Disordering things*. *Journal of Consumer Behaviour*, 13(2), 89-98. doi: 10.1002/cb.1473
- Denzin, N. (2010). *Moments, mixed methods, and paradigm dialogs*. *Qualitative Inquiry*, 16(6), 419-427. doi: 10.1177/1077800410364608
- Dewey, J. (1950). *Logica, teoria de la investigación*. Mexico, D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- Dewey, J. (1974). *Experiência e natureza* (Coleção Pensadores). São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Dewey, J. (1998). *Democracy is radical*. In L. A. Hickman & T. Alexander (Eds.), *The essential dewey* 1, 337-339. Bloomington, USA: Indiana University Press.
- Dewey, J. (2007). *O desenvolvimento do pragmatismo americano*. *Scientiæ Studia*, 5(2), 227-243. doi: 10.1590/S1678-31662007000200006
- Dewey, J., & Bentley, A. (1949). *Knowing and the known*. Boston, USA: Beacon Press.
- Dodier, N. (2005). *O espaço e o movimento do sentido crítico*. *Fórum Sociológico*, 2(13/14), 239-277.
- Dodier, N., & Barbot, J. (2016). *La force des dispositifs*. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2(71), 421-450. Recuperado de <https://www.cairn.info/revue-Annales-2016-2-page-421.htm>
- Domingos, D. (2020). *O sentido e a direção da crítica em administração no Brasil: Perspectivas pragmatistas para a compreensão de um espaço científico* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <http://www.bu.ufsc.br/teses/PCAD1147-T.pdf>
- European Journal of Pragmatism and American Philosophy. (2021). [Post da web]. Retrieved March 26, 2021, from <https://journals.openedition.org/ejpap/>
- Follett, M. (1924). *Creative experience*. New York, USA: Longmans.

- Frega, R. (2013). *Les sources sociales de la normativité*. Paris, France: Vrin.
- Friedberg, E. (1992). Les quatre dimensions de l'action organisée. *Revue Française de Sociologie*, 33(4), 531-557. Recuperado de http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1992_num_33_4_5623
- Hatchuel, A. (2005). Pour une épistémologie de l'action: L'expérience des sciences de gestion. In R. Teulier & P. Lorino (Eds.), *Entre connaissance et organisation: L'activité collective* (pp. 72-92). Paris, France: La Découverte.
- Hennion, A. (2013). D'une sociologie de la médiation à une pragmatique des attachements. *SociologieS*. <https://doi.org/10.4000/sociologies.4353>. Recuperado de <https://journals.openedition.org/sociologies/4353>
- Hennion, A., & Monnin, A. (2020). Du pragmatisme au méliorisme radical: Enquêter dans um monde ouvert, prendre acte de ses fragilités, considérer la possibilité des catastrophes. *SociologieS*. Recuperado de <https://journals.openedition.org/sociologies/13931>
- Higgins, S. (2011). O estudo dos efeitos não intencionais da ação intencional na teoria sociológica. *Sociologias*, 13(28), 258-282. doi: 10.1590/S1517-45222011000300009
- Hildebrand, D. (2003). *Beyond realism and antirealism: John Dewey and the neopragmatists*. Nashville, USA: Vanderbilt University Press.
- James, W. (2018). The meaning of truth. In *Complete works of William James*. Hastings, USA: Delphi Publishing.
- Kreplak, Y., & Lavergne, C. (2008). Les pragmatiques à l'épreuve du pragmatisme: Esquisse d'un "air de famille". *Tracés*, 15, 127-145. doi: 10.4000/traces.713
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social*. Salvador, BA: EDUSC.
- Lavergne, C., & Mondémé, T. (2008). Pragmatismes: Vers une politique de l'action située. *Tracés*, 15, 5-22.
- Mahnic, C. (2021). *Ser professor de administração em instituições privadas: Uma análise com base na sociologia da ciência* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://ppgadm.posgrad.ufsc.br/>
- Martela, F. (2015). Fallible inquiry with ethical ends-in-view: A pragmatist philosophy of science for organizational research. *Organization Studies*, 26(4), 537-563. doi : 10.1177/0170840614559257
- Martinet, A., & Pesqueux, Y. (2013). *Épistémologie des sciences de gestion*. Paris, France: Vuibert.
- Matarazzo, G., Quintão, F., & Serva, M. (2021). Vigiar ou educar: A governança ambiental como experiência. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(2). doi: 10.21118/apgs.v13i2.10225
- Matarazzo, G., & Serva, M. (2021). Unidades de Conservação Ambiental: Uma análise pragmatista da gestão e dos modos de existência organizacional de uma Estação Ecológica. *Organizações & Sociedade*, 28(98), 602-621. doi : 10.1590/1984-92302021v28n9806PT
- Mead, G. (1934). *Self, mind and society*. Chicago, USA: University Chicago Press.
- Melo, D. (2021). *É a lama, é a lama: Uma análise pragmatista das trajetórias da ação pública na reparação do crime-desastre da Samarco na vila da Regência Augusta (ES)* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://ppgadm.posgrad.ufsc.br/>

- Merton, R. (1936). The unanticipated consequences of purposive social action. *American Sociological Review*, 1, 894-904. doi: 10.2307/2084615
- Mills, W. (1940). Situated actions and vocabularies of motive. *American Sociological Review*, 5(6), 904-913. doi: 10.2307/2084524
- Morgan, D. (2014). Pragmatism as a paradigm for social research. *Qualitative Inquiry*, 20(8), 1045-1053. doi: 10.1177/1077800413513733
- Ogien, A. (2010). Normativité sociale et normativité neuronale. *Revue Française de Sociologie*, 4(51), 667-691. doi: 10.3917/rfs.514.0667
- Ogien, A. (2015). Pragmatism's legacy to sociology respecified. *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, VII(1), 77-97. doi: 10.4000/ejppap.371
- Ogien, A. (2018). *Practical action: Wittgenstein, pragmatism and sociology*. NewCastle, UK: Cambridge Scholars Publishing.
- Peirce, C. (1878). How to make our ideas clear. *Popular Science Monthly*, 12, 286-302. Retrieved January, from https://en.wikisource.org/wiki/Popular_Science_Monthly/Volume_12/January_1878/Illustrations_of_the_Logic_of_Science_II
- Quéré, L. (1997). La situation toujours négligée? *Réseaux*, 15(85), 163-192. doi: 10.3406/reso.1997.3139
- Quéré, L. (2009). Intérêts et limites de la théorie des régimes pragmatiques pour la sociologie de l'action. In M. Brevigliere, C. Lafaye, D. Trom (Eds), *Compétences critiques et sens de la justice* (pp. 309-332). Paris, France: Economica.
- Quéré, L. (2020). From inter-action to trans-action: Ecologizing the social sciences. In C. Morgner (Ed.), *John Dewey and the notion of trans-action* (pp. 223-252). Cham, Switzerland: Palgrave.
- Ramos, G. (1981). *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Ricœur, P. (1986). *Du texte à l'action*. Paris, France: Seuil.
- Schön, D. (1984). *The reflective practitioner*. New York, USA: Basic Books.
- Simpson, B. (2018). Pragmatism: A philosophy of practice. In C. Cassell, A. Cunliffe & G. Grandy (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative business and management research methods*, 54-68. London, UK: Sage.
- Simpson, B., & Hond, F. (2021). The Contemporary Resonances of Classical Pragmatism for Studying Organization and Organizing. *Organization Studies*, 43(1), 127-146. doi: 10.1177/0170840621991689
- Stürmer, J. (2020). *Governança ambiental, uma análise a partir das práticas de gestão em Unidades de Conservação* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://ppgadm.posgrad.ufsc.br/>
- Taupin, B. (2015). L'apport de la sociologie pragmatique française aux études critiques en management. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 162-174. doi: 10.1590/S0034-759020150206
- Thévénat, L. (2011). An interview with Laurent Thévenot: On engagement, critique, commonality, and power. *European Journal of Social Theory*, 14(3), 383-400. doi : 10.1177/1368431011412351

- Timmermans, S., & Tavory, I. (2012). Theory construction in qualitative research: From grounded theory to abductive analysis. *Sociological Theory*, 30(3), 167-186. doi : 10.1177/0735275112457914
- Trethewey, A., & Ashcraft, L. (Eds.). (2004). Practicing disorganization: The development of applied perspectives on living with tension. *Journal of Applied Communication Research*, 32(2), 81-88. doi : 10.1080/0090988042000210007
- Tsoukas, H., & Chia, R. (Eds.). (2011). *Research in the sociology of organizations: Philosophy and organization theory*. Bingley, UK: Emerald.
- Watson, T. (2010). Critical social science, pragmatism and the realities of HRM. *The International Journal of Human Resource Management*, 21(6), 915-931. doi: 10.1080/09585191003729374

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR

Maurício Serva: Administração do Projeto; Análise Formal; Conceituação; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição; Investigação; Metodologia; Obtenção de Financiamento; Supervisão; Validação; e Visualização.